

A ESPECIALIZAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASILEIRO

(Economia - Artigo Completo)

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Sonaglio (Uems) csonaglio@uems.br
Prof.^a Dr.^a Eliana Lamberti (Uems) lililamberti@hotmail.com
Ismael Nunes (Uems) ismael-nunes@hotmail.com
Inácia Iolanda Arce Nunes (Uems) inaciaiolanda@hotmail.com

RESUMO

O comércio internacional pressupõe a compra e venda de produtos entre as nações e reflete a organização interna das estruturas produtivas dos países bem como sua necessidade no que tange ao abastecimento do mercado nacional, portanto, relaciona-se as limitações de fatores de produção. Este estudo objetivou analisar os padrões de especializações do comércio internacional brasileiro. O padrão de especialização se refere ao tipo de bem que compõe a pauta de comércio do país. O método utilizado corresponde ao exploratório descritivo para analisar dados de comércio obtidos junto aos sites oficiais. Os principais resultados indicam que o Brasil apresentou aumento das exportações de produtos primários a partir do ano 2010 especialmente com seus principais parceiros comerciais que são Estados Unidos e China e uma tendência crescente na importação de produtos manufaturados, nos mesmos períodos. Entre 2000 a 2014 o país registrou em sua pauta exportadora uma crescente venda de produtos com baixo valor agregado mesmo que no início do período tenham ocorrido algumas variações negativas decorrentes de crises econômicas e desvalorizações nos preços das commodities. Tais variações influenciam na exportação e importação, quando as commodities se desvalorizam no mercado internacional ou se valorizam podendo acarretar benefícios ou malefícios na entrada e saída de capitais. De acordo com o analisado no trabalho tem-se uma mudança de pauta exportadora, ou seja, uma maior especialização na produção de produtos básicos (primários) no Brasil, com isso o país tem que exportar cada vez mais produtos para manter sua balança comercial equilibrada ao longo do tempo.

Palavras-chave: Padrões de especialização, Balança comercial, Crescimento Econômico.

1 INTRODUÇÃO

A economia internacional se preocupa com o estudo do comércio internacional, portanto, a compra e venda de bens e serviços entre as nações e seus efeitos nos países que participam desse comércio. As variáveis analisadas são as exportações e importações de bens e serviços que fazem parte da Balança Comercial (leia-se Balança de Pagamentos). Logo, são contabilizados na balança comercial, os dados das vendas de produtos e a compra de produtos. Quando a quantidade exportada for superior a quantidade importada a nação é superavitária e na ocorrência do oposto dessa situação, o país será considerado deficitário em sua balança comercial. (GREMAUD, et al., 2012).

Os padrões de comércio entre países importam pois o perfil da especialização produtiva reflete na renda gerada pelo comércio internacional, bem como na estrutura produtiva do país, dado que a padronização consegue maximizar ganhos e reduzir custos com transações comerciais. Uma padronização eficaz leva a nação a um novo patamar de crescimento econômico, pois acontece uma agregação de valor de produtos e serviços, especialmente se esta especialização ocorrer em setores com maior valor agregado e tecnologia de produção.

Na teoria econômica, alguns autores, em especial, os que seguem a linha Hecksher-Ohlin e Ricardo defendem a importância da especialização do país em produção de bens manufaturados, ou de maior valor agregado para manter positivo o saldo da balança comercial e assim alcançar o crescimento econômico. E para autores que seguem a ideia da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, as inovações técnicas são os fatores que podem influenciar na mudança da estrutura de demanda, com isso aumentam renda e produtividade. No entanto, pode ocorrer a deterioração dos termos de troca que faria com que países que tem um nível menor de desenvolvimento, não absorvam o progresso técnico que as negociações com países desenvolvidos poderiam gerar com o comércio, por conseguinte somente uma pequena parte da população e setores se beneficiaria dentro do país mais pobre.

Este estudo objetivou analisar os padrões de especializações do comércio internacional brasileiro, no período 1970 a 2014. A escolha pelo período inicial de 1970 deve-se ao fato da economia brasileira apresentar taxas de crescimentos do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1970 a 1973 de 11% a 14% que foram crescimentos elevados se comparados com as taxas atuais. Essa constatação embalou a problemática em torno da apreensão da trajetória do padrão especialização no período e se esse padrão teve alguma influência sobre as taxas de crescimento do PIB.

Os saldos da Balança Comercial do Brasil passaram por várias oscilações por motivos conjunturais, crises externas e grau de abertura da economia. Os saldos da Balança Comercial brasileira em 1970 registraram superávit de 200 milhões de dólares, o que representava 0,54% do PIB. Após esse período, o país ficou com um déficit que chega em 4,7 bilhões em 1974, recuperando em 1977 com um superávit de 100 milhões. A partir de 1978 até 1980, o país tem déficit na Balança comercial de 2,2 bilhões em média que seria de 0,51% a 1,3% do PIB. De 1981 a 1994 tem-se um superávit crescente que ultrapassam 19 bilhões de dólares e em participação no PIB fica entre 0,29% até 6,9%. No fim desse período, uma mudança na conjuntura econômica do Brasil (leia-se implantação do Plano Real) marcou o comportamento do comércio externo posterior.

Após implantação do Plano Real, a partir de 1995, o saldo da balança comercial fica negativo com déficit de 3,5 bilhões, reflexo da valorização do real em relação ao dólar estimulando a importação, e só retoma o superávit a partir de 2001 com uma tendência de crescimento até 2007. Porém, a partir de 2008 começa em uma tendência de queda até chegar em 2014 com um déficit de 4 bilhões de dólares (BACEN, 2015).

O grau de abertura da economia (GAE) brasileira é outro indicador importante (a soma das exportações e importações em relação ao PIB). Ao longo da década de 1970, o GAE mantevese em aproximadamente 12% com tendência de crescimento. Entre 1970 a 1980, destaca-se o ano de 1974 quando o índice é de (18,7%). Entre os anos de 1981 a 1990, tem-se o maior GAE em 1984 de 21,6%. Já entre 1991 a 2000, o GAE de 14,9% em 1993. E o maior grau de abertura da economia é entre os anos de 2001 a 2014, quando se tem um GAE de 23,8% em 2004. Na avaliação do último ano de análise, é em 2014 que o GAE é de 19,4%. (MDIC/SECEX, 2015).

O método utilizado corresponde ao exploratório descritivo para analisar a forma como as estruturas foram evoluindo ao longo do tempo. A pesquisa foi desenvolvida com dados oficiais obtidos junto aos sites do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (leia-se sistema Alice Web), Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, Banco Central do Brasil, Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Confederação Nacional do Transporte - CNT.

Portanto, as próximas páginas ambicionam, a partir do referencial teórico do comércio internacional e dos dados e estatísticas fornecidos pelas fontes oficiais, compreender qualitativamente os elementos constitutivos do comércio internacional brasileiro.

2 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional consiste na compra e venda de bens e serviços produzidos pelos países, ultrapassando os limites nacionais. Esse tipo comércio ocorre há muito tempo, desde as grandes navegações que comercializavam produtos (como especiarias e produtos alimentícios) pelas rotas marítimas. O comércio internacional é parte importante do desenvolvimento dos países, pois representa uma parcela importante do PIB (Produto Interno Bruto) das nações. Tem-se, neste cenário, por exemplo, o crescimento industrial e a expansão dos meios de transporte relacionados com o crescimento do comércio internacional. (CORREIA; ROSA, 2006).

O que levaria um país a comercializar produtos ou participar do comércio mundial? Essa é uma pergunta que muitos economistas buscam explicar. Desde muito tempo existem teorias que buscam no comércio internacional algumas respostas. O mercantilismo que surge na idade média entre o século XV e na metade do século XVIII, defendia a expansão do comércio internacional, a fim de fomentar o acúmulo de riqueza (CARVALHO; SILVA, 2004).

De forma geral, acreditava-se que uma nação seria tanto mais rica quanto maiores fossem sua população e seu estoque de metais preciosos. Segundo essa visão, o Estado deveria tomar as providências necessárias para aumentar o bem-estar de sua população, estimular o comércio e a indústria, vistos como mais importantes que a agricultura, e favorecer as exportações — principal maneira de incrementar o volume de metais preciosos no país, pois os pagamentos internacionais eram feitos em ouro ou prata (CARVALHO; SILVA, 2004, p. 4).

A tradição clássica, inaugurada por Adam Smith, desenvolve o conceito de vantagem absoluta, em que um país teria ganhos se especializasse em produzir o bem que possuir vantagem absoluta na produção.

[...] o comércio internacional e a especialização serão benéficos quando uma nação possuir uma vantagem de custo absoluta (isto é, utilizar menos mão-de-obra para fabricar uma unidade de produto) em um bem e a outra nação possuir uma vantagem de custo absoluta no outro bem (CARBAUGH, 2004, p. 31).

Isso seria vantajoso somente se o país em questão fizer comércio com outro país que possui uma desvantagem absoluta em outro bem, para que ambos obtenham ganhos com a comercialização de produtos de menor custo na fabricação.

David Ricardo, por sua vez, critica o conceito de vantagem absoluta e reforça que há ganhos de comércio se o país se especializar na produção do bem no qual tem vantagens comparativas, isto é, se especializar em produzir os produtos que produzem com menor custo relativo de mão de obra.

A teoria desenvolvida por David Ricardo, que hoje é base do modelo clássico de comércio internacional, constitui-se em forte argumento em favor da liberalização do comércio internacional e contra medidas protecionistas, dado que aponta benefícios desse comércio. Por outro lado, tal modelo, que pode ser estendido para um número maior de países ou de bens, também fornece uma explicação para o padrão de comércio internacional, padrão esse estabelecido com base no lado da oferta dos países. Os países exportarão e se especializarão na produção dos bens cujo custo for comparativamente melhor (menor) em relação aos demais países. Assim, é com base nas diferenças tecnológicas relativas (que se manifestam em produtividades do trabalho relativamente diferentes ou em coeficientes de produção que relacionam a quantidade de trabalho no nível de produção também diferentes) que existem trocas internacionais (GREMAUD et al., 2012, p. 549).

"Com a lei das vantagens comparativas, mesmo que uma nação seja menos eficiente do que outra (possua uma desvantagem absoluta em relação à outra nação) na produção de ambas as commodities, existe, ainda, uma base para um comércio mutuamente benéfico" (SALVATORE, p. 20, 2000).

Porém, a teoria das vantagens comparativas de Ricardo admite a determinação de padrões de especialização, e nisso difere da teoria de Adam Smith, que diz que um país que obtém vantagem em todos os produtos não necessitaria se especializar em algum que ele chama de vantagem absoluta. De acordo com Ricardo, com a expansão dos mercados e especialização, a partir do comércio livre, ocorreriam maiores ganhos e eficiência para a economia (YAMANE, 2014).

A partir disso surge a teoria de Hecksher-Ohlin (H-O) que explica o comércio internacional levando em consideração a abundância ou a falta em relação a fatores de produção. Essa falta ou escassez desses fatores causam efeitos nos custos relativos, e por consequência, os padrões de comércio (YAMANE, 2014). De acordo com Salvatore (2007, p. 56) "a teoria de H-O, se concentra na diferença em termos de abundância relativa de fatores de produção entre as várias nações".

O modelo H-O admite que a produção de um bem é realizada com dois fatores produtivos (capital e trabalho), que no longo prazo consegue-se substitui-los um pelo outro. De maneira geral emprega-se em diferentes intensidades para produzir variados bens, considerando dois países, um abundante em capital e outro em trabalho, sendo a tecnologia disponível e igual para todos os países. Além disso, a estrutura de demanda é igual nos dois países, e não depende do nível de renda. No modelo em questão, com a abertura das economias dos dois países, verifica-se em ambos ganhos de comércio e aumento da produção ligadas (LEÃO, 2012).

O modelo de Heckscher-Ohlin leva em consideração muito mais do que vantagem absoluta e comparativa de um país sobre um produto ou produtividade.

[...] podemos enunciar o teorema de Heckscher-Ohlin da seguinte maneira: uma nação exportará a commodity cuja produção exija a utilização intensiva do seu fator relativamente abundante e barato e importará a commodity cuja a produção exija a utilização intensiva do seu fator relativamente escasso e caro. Em resumo, a nação relativamente rica em mão-de-obra exporta a commodity relativamente intensiva em

mão-de-obra e importa a commodity relativamente intensiva em capital (SALVATORE, 2000 p. 70).

De acordo com a teoria de Heckscher-Ohllin (H-O), um país que se especializa em produzir bens que exijam fator relativamente abundante e barato no país geraria maiores ganhos no comércio internacional exportando esses produtos e importando aqueles abundantes em seu fator relativamente mais escasso (e caro).

Desse modo, ambas as teorias continuam justificando a liberalização do comércio mundial, pois a troca internacional eleva o produto das economias por meio da especialização da produção nos setores mais vantajosos em termos tecnológicos (teoria clássica) ou de dotação de fator (modelo de Heckscher-Ohlin) (GREMAUD et al., 2012, p. 551).

As teorias supracitadas indicam que o país deve se especializar para receber maiores ganhos com comércio internacional, contudo essa especialização pode ser ruim para o crescimento econômico, quando há diferenças significativas no nível de agregação de valor dos produtos comercializados.

A maneira como o comércio internacional influenciaria no crescimento econômico de um país, tem sido objeto de ampla discussão entre os economistas. Alguns argumentam que muitos fatores poderiam de alguma forma beneficiar economicamente países que fazem comércio entre si. Com isso, têm-se evidências que o efeito de uma adoção de padronização de comércio seria positivo e contribuiria para avanço da economia mundial.

Portanto, o padrão de inserção internacional tende a estimular setores distintos, com estruturas adequadas. Dependendo das relações entre os setores na economia e na dimensão e qualidade de capital e trabalho empregados na produção, o impacto da demanda externa é capaz de gerar mais ou menos crescimento, como ressaltam Haddad e Grimaldi (2011).

De acordo com Krugman e Obstfeld (2010), há uma forte correlação empírica entre o porte da economia de um país e o volume tanto de suas importações quanto das exportações. Os autores afirmam que o comércio internacional gera ganhos para os países que participam e estimulam o aumento e especialização da produção. Com isso tem-se que os ganhos com comércio não seriam somente para o aumento do PIB, mas sim para uma melhor adequação de recursos e com a especialização desse comércio, levaria a um crescimento econômico condicionado pela comercialização de bens para o mundo.

Para Gremaud et al (2012), o comércio internacional aliado a padronização geraria crescimento econômico. Essa teoria pode ser justificada se os países se especializarem na produção de bens que obtém mais vantagem de tecnologia, no caso da teoria clássica ou ter maior dotação de fatores, ou seja, abundancia de fatores de produção no modelo de Heckscher-Ohlin. Isso seria possível, pois os setores da economia ficariam mais eficazes e estimularia a multiplicação de investimentos na estrutura da produção e comercialização, no caso exportação e importação de bens, isso pode ser percebido com a melhora do PIB de países que participam desse comércio global entre nações.

A crítica às essas teorias vem da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL onde o principal teórico era Raúl Prebisch que defendeu que a troca de produtos entre países industrializados e produtores de produtos primários era ruim. A especialização na produção de produtos primários sofre com as desvalorizações dos preços das commodities ao longo do tempo. (QUEIROZ, 2011)

De acordo com o modelo de Prebisch, as inovações técnicas são os fatores dinâmicos que modificam a estrutura de demanda e aumentam a produtividade e a

renda per capita. No entanto, como a deterioração dos termos de troca impede que a periferia retenha os frutos desse progresso técnico, sua propagação nesses países é lenta e irregular, abarcando somente uma pequena parte da população e alguns setores (QUEIROZ, 2011, p. 149).

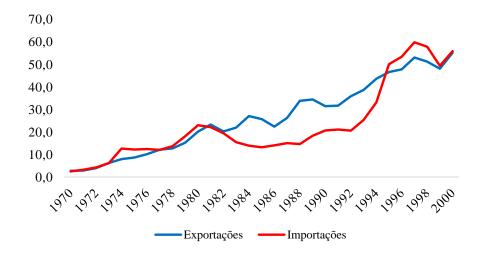
Tem-se então que a especialização da produção de um setor ou produto depende do dinamismo da economia em relação a adequação de tecnologia. Países que se especializam na produção de bens com alto valor agregado ou intensivo em tecnologia obteriam maiores ganhos em relação aos que se especializarem em produtos primários e com baixo valor agregado.

3 ANÁLISE DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DO BRASIL

No século XX o Brasil estava em uma transição de economia agroexportadora para uma com alicerce industrial, ou seja, deixava de ser totalmente voltada para agricultura e pecuária e se tornava mais industrializada. "No início do século, as exportações eram fundamentais na economia brasileira, pois possibilitavam as importações que eram a base da estrutura de consumo do Brasil, o bom desempenho dessas exportações ditava o ritmo de crescimento da economia brasileira" (GREMAUD et al., 2012, p. 322). Deste modo, a economia brasileira no início do século, era dependente da quantidade de exportações, pois delas retiravam receita para investir na infraestrutura da indústria que se formava com o passar dos anos.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do crescimento nas exportações e importações brasileiras no período de 1970 a 1990. A partir do ano de 1974, após o primeiro choque de petróleo, as exportações chegam a registrar 8 bilhões de dólares, ao passo que as importações corresponderam a 12,6 bilhões de dólares. Esse déficit se mantem até 1976. Em 1978, os saldos comerciais se recuperaram, contudo, frente ao novo choque internacional do petróleo, a partir de 1979 há uma queda nas exportações. As importações se mantêm em torno de uma média de 20,6 bilhões de dólares até 1980.

Gráfico 1 - Evolução do Comércio Exterior Brasileiro de 1970 a 2000 (bilhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria com base em dados SECEX/MDIC

Observa-se uma tendência de crescimento das exportações do Brasil e uma queda das importações a partir de 1980. O cenário externo controverso e as sucessivas tentativas de estabilização da economia brasileira neste período ajudam a explicar essa tendência.

Após o Plano Real que iniciou em 1994, há uma inversão da trajetória das importações, diante da valorização do Real (R\$) em relação ao Dólar. No período de paridade entre as moedas, que permanece até meados de 1999, registrou-se consecutivos déficits comerciais. Após a maxidesvalorização do Real, as exportações reagiram, diminuindo o déficit comercial.

Mesmo o país passando pela crise da dívida externa e problemas com a estabilização da economia, os produtos com maior valor agregado se mantem em uma tendência crescente, contribuindo para um melhor resultado dos saldos comerciais do país, onde os produtos manufaturas trazem 17,01 bilhões de dólares e os básicos e semimanufaturados 8,7 bilhões, 5,1 bilhões de dólares respectivamente.

Após a implantação do Plano Real, o país passa por um período de estabilização da economia, o que impulsiona a demanda interna, atendida pela oferta doméstica e também pela oferta internacional, através das importações, dado que neste período a moeda brasileira passa por um processo de apreciação frente ao Dólar (U\$).

Sendo assim, no período 1970-1990, o grau de abertura da economia brasileira era de aproximadamente de 12% em 1970, ampliando para 19% em 1974, regredindo ao longo da segunda metade dos anos 1970, em virtude das condições internacionais. Ao longo dos anos 1980 o grau de abertura aproxima-se de 20% com maior grau em 1984 de 22%.

3.1 Evolução recente do Comércio internacional - 2000/2014

No ano 2000 o país começa com um saldo negativo da balança comercial em torno de 700 milhões de dólares (0,11% do PIB). Destacam-se, nesse período, os problemas conjunturais brasileiros (crise cambial e alta na inflação) e a crise na Argentina, importante parceiro comercial brasileiro.

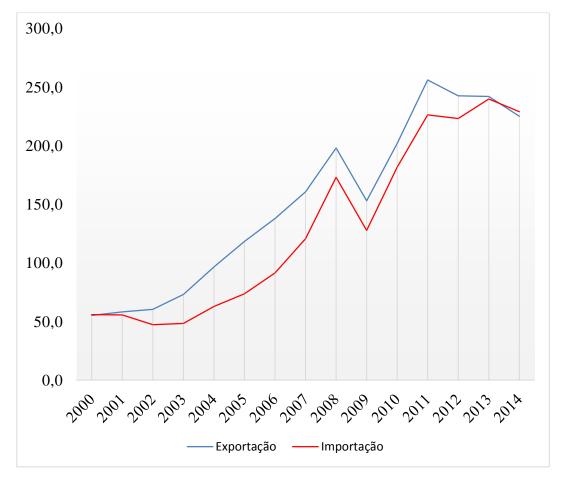
No Brasil, a partir de 2001, houve uma recuperação das exportações. A balança comercial registrou saldos positivos chegando ao patamar de US\$ 46,5 bilhões em 2006. No período de 2002 a 2006 a média das exportações e importações foi de US\$ 64.654 milhões e US\$ 97.331 milhões, respectivamente (Gráfico 2).

A partir de 2003 e da recuperação da economia internacional, o comércio internacional brasileiro volta a se fortalecer, invertendo essa trajetória a partir de 2007, frente às dificuldades da economia mundial. Neste período, o país entra em uma tendência de queda dos saldos comerciais, o que representa no acumulado até 2010 uma queda de 131%.

O saldo da balança comercial (BC) de 20,1 bilhões de dólares que representou 0,91% do PIB em 2010 é reflexo da crise internacional que iniciou no setor hipotecário dos Estados Unidos e se alastrou pelos demais países, afetando o lado real da economia.

Em relação ao grau de abertura da economia brasileira, que se aproximava dos 17% em 2000, evoluiu para aproximadamente 24% entre 2004, retornando ao patamar de 20% deste ano em diante (em 2014 representa 19,4%).

Gráfico 2 - Exportações e Importações - (FOB) - US\$ (bilhões) Brasil de 2000 a 2014



Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC/SECEX (IPEADATA, 2015).

No Gráfico 3, tem-se o grau de abertura da economia no período de 2000 a 2014. No início do período no ano 2000 o grau de abertura da economia está em (17%) e em uma tendência de crescimento até em 2004 que é o maior grau de abertura de (24%) de 2005 a 2010 o grau de abertura declina com um aumento em 2008 de (22%) e a partir desse período o grau de abertura varia entre (18%) e (20%).

Gráfico 3 - Grau de abertura da Economia 2000 a 2014

Fonte: Elaboração própria com base em dados SECEX/MDIC

O Brasil se destaca em importação e exportação, e o seu grau de abertura da economia é pequeno, mas isso é justificado pelo grande mercado interno que foi criado com o passar dos anos. Oliveira (2009) destaca que quanto maior for a demanda interna por produtos importados, como equipamentos industriais, mais forte e competitiva se torna o país no âmbito internacional, pois demonstra que o país está saindo de um setor de subsistência e entrando para um aumento na produção voltado para o mercado interno.

3.2 Destino das Exportações brasileiras

O Brasil faz negociações com diversos países em diferentes tipos de produto. A pauta de exportações do país é considerada diversificada, apesar de uma forte participação dos produtos primários, o Brasil mantém fluxos de exportações de bens com menor valor agregado.

No ano 2000, os produtos básicos registraram US\$ 12,5 bilhões (22,8%), semimanufaturados US\$ 8,4 bilhões (15,4%) e manufaturados US\$ 32,5 bilhões (59,0%), e os produtos básicos se mantem em uma tendência de crescimento até 2010. No início do ano 2010, com a forte recessão do setor industrial reflexos da crise de 2008, os produtos básicos registram 90 bilhões (44,6%) em relação a semimanufaturados 28,2 bilhões (14%) e manufaturados 79,5 bilhões (39,4%), então a partir de 2010 até 2014 os produtos básicos passam a compor a maior parte das exportações, chegando em 2014 a registrar 109 bilhões (48,7%) e tem-se uma queda da participação de produtos manufaturados para (36,3%) que representam 81 bilhões de dólares. E os principais produtos exportação são petróleo e derivados, grãos e carnes, o maior consumidor desses produtos é a China um dos principais parceiros comerciais do Brasil.

De acordo com os dados apresentados tem-se que os principais parceiros comerciais do Brasil são China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Japão, que tiveram uma participação de

(16%), (11%), (8%), (5%) e (2,5%) respectivamente das negociações com país em comparação de maio/10 e maio/11. Este comércio correspondeu a crescente importação por parte destes países de mais produtos básicos e diminuíram a quantidade de produtos semimanufaturados e manufaturados. E também demonstra que o Brasil em sua pauta exportadora está se especializando na produção de produtos com menor valor agregado convergindo com a teoria de H-O: exportando produtos cuja produção seja mais barata em função da abundância de fatores de produção e importando produtos que sejam mais caros ou obtenha menos vantagens em termos de fatores de produção disponíveis.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou uma análise de como se comportam as variáveis exportação e importação ao longo do tempo e se a especialização na produção de produtos com baixo e/ou alto valores agregados interferem no país, gerando ganhos ou prejuízos ao longo dos períodos. Além disso, permitiu utilizar métodos de análise estatística para avaliação de períodos de variação negativas e positivas.

O Brasil apresentou aumento das exportações de produtos primários a partir do ano 2010 principalmente com seus principais parceiros comerciais que são Estados Unidos e China e uma tendência crescente na importação de produtos manufaturados, nos mesmos períodos. No início do período analisado, sua pauta exportadora era na sua grande parte de produtos básicos e com baixo valor agregado e a partir dos anos 1980 começa a participar com produtos industrializados que tem alto valor agregado.

No período de 2000 a 2014 o país registrou em sua pauta exportadora uma crescente venda de produtos com alto valor agregado mesmo que no início do período tenham ocorrido algumas variações negativas decorrentes de crises econômicas e desvalorizações nos preços das commodities. Nesse sentido, a utilização de padrões especialização no comércio internacional brasileiro pode ser algo importante, levando em consideração os fatores de produção disponíveis. Contudo, a longo prazo deve ocorrer mudanças nas estruturas de produção.

A redução da participação de produtos manufaturados e o aumento da participação de produtos primários nas exportações brasileiras indica que o país pode estar se encaminhando para a reprimarização das exportações que seria o aumento de produtos de baixo valor agregado e a redução de produtos de alto valor agregado que são definidos de acordo com a intensidade de tecnologia empregada na produção. De acordo com o analisado no trabalho tem-se uma mudança de pauta exportadora, ou seja, uma maior especialização na produção de produtos básicos (primários) no Brasil, com isso o país tem que exportar cada vez mais produtos para manter sua balança comercial equilibrada ao longo do tempo.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Câmbio e capitais internacionais**. Disponível em: http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/batch/cotacaomoedas.asp?id=txtodas. Acesso em: 09 nov. 2015.

BRESSER PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: **Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo**. São Paulo, 2008.

CARVALHO, M. A. De; SILVA, C. R. L. DA. **Economia Internacional.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CARVALHO, V. R. D. S. **Três Ensaios sobre Competitividade Externa e Desempenho Econômico na Década de 2000**. São Paulo: USP, 2010. 154 f. Tese (Doutorado em Economia) — Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CORREIA, A.; ROSA, R.; **O Comércio Internacional. Instituto Politécnico de Coimbra**. Instituto Superior de Engenharia de Coimbra Departamento de Engenharia Civil, 2006.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. De.; JÚNIOR, R. T.; **Economia Brasileira Contemporânea.** Sétima edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.

HADDAD, E.; GRIMALDI, D. Impactos Sistêmicos do Padrão de Especialização do Comércio Exterior Brasileiro. Texto para Discussão do Ipea, nº 41, p. 7, Brasília, 2011.

IBGE. **Instituto brasileiro de geografia e estatística**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2015.

IPEADATA. **Instituto de pesquisa econômica aplicada**. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 20 set. 2015.

JONES, C. I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico.** 19^a reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

JORGE, M. Desenvolvimento Produtivo para evitar a volta da vulnerabilidade externa. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. (org.). Na crise Global, como ser o melhor dos BRICs. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional.** 8º edição, página 10; Pearson, 2010.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: Teoria e política**. 5 ed. São Paulo: Makron Books Ltda., 2001.

LAMONICA, Marcos Tostes; FEIJÓ, Carmem Aparecida. Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a indústria brasileira. **Textos para**

discussão UFF/Economia, Universidade Federal fluminense - Niteroi-RJ, n. 265, p. 1-20, dez. 2010.

LEÃO, P. Comércio Determinado por Diferentes Dotações de Fatores Produtivos entre **Países: o modelo Hecksher-Ohlin**. Department of Economics. School of Economics and Management. Technical University Of Lisbon, 2012.

LIRA, Francisco Roberto Fuentes Tavares De. Desindustrialização no Brasil: mudança estrutural ou doença holandesa?. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, [S.L], v. 9, n. 1, p. 19-36, jan./mar. 2013.

MUNIZ, André Luiz Pires. PADRÕES DE ESPECIALIZAÇÃO: um comparativo entre os países do BRIC. **Revista CEPPG – CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão**, [S.L], n. 20, p. 138-157, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro De. O Século XIX, Segundo Furtado. **Economia, Selecta**, Brasilia - DF, v. 10, n. 4, p. 887-904, dez. 2009.

QUEIROZ, J. M. DE. **Cadernos de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: v. 6. n. 9. p. 143-170. jul-dez, 2011.

SALVATORE, D.; Economia Internacional, Rio de Janeiro: editora LTC, 2000.

SECEX – Serviço de Comércio Exterior. MDIC – Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior. **Dados de 1970 a 2014.** Disponível em: < http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576 />. Acesso em: agosto 2015.

SOARES, C. Modelos de crescimento impulsionados pela demanda: evidências do modelo de Thirlwall para os setores brasileiros. III Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, São Paulo, 2010.

SOUZA, S. A. DE. Um Modelo Evolucionário de Busca Tecnológica em Condições de Hipercumulatividade. Universidade de Notitngham, Rio de Janeiro, 2005.

TEIXEIRA, A. A. C. Excesso de Incentivos à Inovação na Presença de Consumidores Sofisticados. Um Modelo de Progresso Tecnológico Endógeno com Capital Humano. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 585-633, julho-setembro 2007.

VIEIRA, F. D. A. C.; HOLLAND, M. Crescimento econômico secular no Brasil, modelo de Thirlwall e termos de troca. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 2, abril, 2008.

YAMANE, D. F. **Padrões de Especialização e Competitividade Externa nos BRICS no Período 2000-2012**. 2014. 125 f. Tese Mestrado Ciências Econômicas (Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Mina Gerais.